

ATAS: 2ª Assembleia Geral

Quinta-feira, 10 de setembro de 2020

13:00 – 18:00 (hora local dos Açores) Duração: 5 horas

Videoconferência a partir da sede do CC RUP, Praia da Vitória,
Portugal

Introdução. Natureza da reunião

Esta reunião foi a continuação da primeira Assembleia Geral, do Conselho Consultivos das Regiões Ultraperiféricas – CC RUP. A assembleia geral do CC RUP reuniu-se por via videoconferência, em sessão fechada,, através da plataforma *Webex*, às treze horas (hora local dos Açores), no dia dez de setembro de dois mil e vinte. Esta foi uma reunião essencialmente constitutiva, onde se procedeu à eleição dos Órgãos Sociais do CC RUP, visto que, na reunião anterior (nove de setembro de dois mil e vinte), não foi possível cumprir a agenda prevista.

A Secretária Geral do CCRUP, enquanto moderadora e a pedido do legal representante da Mesa da Assembleia Geral, Sr. Gualberto Rita (Federação das Pescas dos Açores), deu as boas-vindas a todos os participantes (registados no anexo I) e procedeu à chamada de cada um dos membros da Assembleia Geral, para registo de presenças e teste ao bom funcionamento do sistema de videoconferencia e de tradução. Seguidamente, deu instruções relativas à interpretação e lembrou as regras de participação na reunião, nomeadamente, sempre que algum membro quisesse participar teria de pedir a palavra, por escrito, no chat do programa da videoconferência: *Webex*, e só os membros efectivos do CC RUP deveriam ter a sua câmara ligada e o microfone devia permanecer sempre desligadop, excepto, quando lhes fosse cedida a palavra.

De seguida, leu a agenda proposta e mencionou que a reunião era essencialmente constitutiva, pois tinha como principal objetivo, a nomeação e tomada de posse dos Órgãos Sociais do CC RUP. Informou que as nomeações para os cargos seriam através de discussão e consenso, todavia, para não haver dúvidas, realizar-se-ia uma votação através de sondagem no software *Webex* e confirmar-se-ia a decisão através de voto.

Todas as perguntas das sondagens relativas aos cargos seriam efetuadas nas 3 línguas oficiais do CC RUP (português, francês e espanhol).

Lembrou-se que, conforme os estatutos, cada organização membro só podia ocupar um cargo em cada um dos Órgãos Sociais do CC RUP, lembrando que tinha enviado esta informação por correio eletrónico bemn como a lista de todos os cargos da Associação para o Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas para as Pescas e Outros Grupos de interesse - entidade legal do CC RUP.

A Sra. Caroline Ton (*Comité National des Pêches Maritimes et des Élevages Maritimes - CNPMEM*), comentou que lamentava a interrupção da reunião anterior devido a problemas de conexão por parte das Regiões Ultraperiféricas (RUPs) Francesas.

Fez-se uma breve introdução sobre os diferentes cargos dos Órgãos Sociais do CC RUP. Apesar da intenção ser começar pela nomeação/eleição dos cargos da Mesa Assembleia Geral, mas considerando que nenhuma organização se propôs para os cargos, começou-se pela nomeação/eleição dos membros do Comité Executivo.

1. Nomeação/ Eleição do Comité Executivo

Relativamente à nomeação/eleição do Comité Executivo do CCRUP, começou por se lembrar que com base em acordos prévios dos interessados em constituir o CC RUP, resultou uma proposta da distribuição dos lugares no Comité Executivo de: seis (6) lugares para os representantes do sector das pescas franceses, quatro (4) lugares para os representantes do sector das pescas portuguesas, três (3) lugares para os representantes do sector das pescas espanholas e dois (2) lugares para os representantes dos Outros Grupos de Interesse. Lembrou-se que os Regulamentos Europeus que estabelecem o funcionamento dos Conselhos Consultivos, determinam que 60% dos mandatos sejam atribuídos a representantes do setor das pescas e 40% aos representantes dos Outros Grupos de Interesse. Considerando ainda a lei portuguesa, pela qual se rege a Associação CC RUP, os cargos devem ser eleitos em número ímpar, pelo que se propôs a nomeação/eleição de quinze (15) lugares para os representantes do setor das pescas e dez (10) lugares para os representantes dos Outros Grupos de Interesse. Em relação aos 15

lugares para os representantes dos sectores das pescas, propôs-se a seguinte distribuição seis (6) lugares para os representantes do sector das pescas franceses, cinco (5) lugares para os representantes do setor das pescas portuguesas e quatro (4) lugares para os representantes do sector das pescas espanhóis. Proposta esta que foi aceite e aprovada por unanimidade e consenso.

Relativamente aos para os representantes do sector das pescas franceses do Comité Executivo do CC RUP, a Sra. Caroline Ton propôs a nomeação das seguintes organizações: *Comité Régional des Pêches Maritimes et des Élevages Maritimes de Martinique*, *Comité Régional des Pêches Maritimes et des Élevages Maritimes de Guadelupe*, *Comité Régional des Pêches Maritimes et des Élevages Maritimes de Guyane*, *Comité Régional des Pêches Maritimes et des Élevages Maritime de la Réunion*, *Chambre de l'Agriculture, de la Pêche et de l'Aquaculture de Mayotte* e o *Comité National des Pêches Maritimes et des Élevages Maritimes*. Proposta esta que foi aceite, aprovada por consenso e confirmada através de sondagem na plataforma *Webex*.

O Sr. Gualberto Rita, propôs as seguintes organizações para ocupar os cinco (5) lugares de representantes do sector das pescas portuguesas no Comité Executivo: *Federação das Pescas dos Açores*, *Coopescamadeira*, *Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores*, *Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores* e a *Associação de Pescadores da Ilha de São Jorge*. Proposta esta que foi aceite, aprovada por consenso e confirmada através de sondagem na plataforma *Webex*

O Sr. David Pavón (*Federación Regional de Cofradía de Pescadores de las Canárias*), propôs as seguintes organizações para ocupar os quatro (4) lugares de representantes do sector da pesca espanhóis no Comité Executivo do CC RUP: *Federación Regional de Cofradía de Pescadores de las Canárias*, *Federación Provincial de Cofradía de Pescadores de las Palmas*, *Optuna 42* e *Islatuna*. Proposta esta que foi aceite, aprovada por consenso e confirmada através de sondagem na plataforma *Webex*.

Considerando que no Comité Executivo dez lugares são reservados para as organizações representantes dos Outros Grupos de Interesse (OIGs), mas o CCRUP só tinha oito organizações como membros de pleno direito representantes dos OIGs, ficaram

duas vagas por preencher. Deste modo, colocou-se à consideração de cada uma das oito organizações representativas dos Outros grupos de Interesse, se teriam, ou não, vontade de integrar os lugares. Assim, a *Associação Regional de Pesca Lúdica dos Açores*, a *Ilhas em Rede - Associação de Mulheres na Pesca dos Açores*, a *Mútua dos Pescadores*, *C.R.L.*, a *Sciaena*, a *Asociación Tinerfeña Amigos de la Naturaleza*, a *Federación Ben-Magec* e a *International Pole & Line Foundation*, aceitaram o lugar. A *Seas at Risk*, não aceitou. A representação dos Outros Grupos de Interesse no Comité executivo do CCRUP proposta foi aceite, aprovada por consenso e confirmada através de sondagem na plataforma *Webex*. Ficando assim, os 40% relativos aos representantes dos Outros Grupos de Interesse do Comité Executivo, constituídos por sete organizações e com três lugares disponíveis.

De seguida procedeu-se à nomeação/eleição dos cargos de presidente e vice-presidente do Comité Executivo. Considerando que os estatutos determinam um cargo de presidente e dois de vice-presidente do Comité Executivo, os membros presentes na reunião decidiram, por consenso que, os três Estados-Membros deveriam estar representados na presidência. Assim, após conversa, foi proposta a *Federación Regional de Cofradía de Pescadores de las Canárias* para o cargo de Presidente, enquanto a Federação das Pescas dos Açores e a *Chambre de l'Agriculture, de la Pêche et de l'Aquaculture de Mayotte* foram propostas para os cargos de vice-presidentes. Esta proposta foi aceite por consenso e confirmada através de sondagem na plataforma *Webex*.

2. Nomeação / Eleição do Conselho Fiscal

Na continuação da distribuição dos cargos dos órgãos sociais de forma equilibrada entre os 3 países, o Sr. Gualberto Rita, propôs que a Associação Marítima de Pescas e Aquicultura da Ilha Terceira ocupasse o cargo de presidente do Conselho Fiscal. Comentou ainda que considerando que o Comité Executivo era presidido por uma organização espanhola, o Conselho Fiscal poderia ser presidido por uma organização portuguesa e a Mesa da Assembleia Geral presidida por uma organização francesa,

proposta esta que foi aceite, aprovada por consenso e confirmada através de sondagem na plataforma *Webex*.

O Sr. David Pavón, propôs a *Canárias Tuna Export* para o cargo de vice-presidente do Conselho Fiscal do CC RUP.

A Sra. Pascale Colson elogiou a preocupação com a representatividade dos três Estados-Membros nos cargos do CC RUP, mas propôs que também seria interessante haver representação dos outros Grupos de Interesse. Posto isto, a Secretária Geral esclareceu que como só havia oito organizações representantes dos Outros Grupos de Interesse, e que os mesmos já estariam a ocupar os cargos de membros do Comité Executivo, pelo que não seria possível ocuparem mais cargos em outros Órgãos Sociais, conforme os estatutos.

A Sra. Yaiza Londoño (*International Pole & Line Foundation*) questionou a possibilidade de as organizações não governamentais serem nomeadas/eleitas para cargos de presidência, nos Grupos de Trabalho, ao que lhe foi esclarecido que sim, pois, os Grupos de Trabalho não eram considerados Órgãos Sociais.

No seguimento de uma questão do Sr. José Menezes (Associação Recreativa de Pesca Lúdica dos Açores), sobre a ocupação dos cargos dos Órgãos Sociais do CC RUP, leu-se os estatutos da Associação, nomeadamente o Artigo 6º onde consta que os membros dos órgãos sociais serão eleitos por um período especificado no Regulamento Interno e que nenhum membro do CC RUP pode ser simultaneamente membro da Assembleia Geral, do Comité Executivo e do Conselho Fiscal.

Relembrou-se os cargos já preenchidos e o facto de haver ainda um cargo de vice-presidente do Conselho Fiscal, por preencher. Alguns membros franceses presentes, tentaram entrar em contacto com outros membros franceses - passíveis de se candidatar ao cargo - sem sucesso, pelo que propuseram que o cargo fosse ocupado por uma organização portuguesa ou espanhola. Neste ponto, surgiram algumas dúvidas por parte do Sr. Georges Karam (*Comité Régional des Pêches Maritimes et des Elevages Marins de Guyane*), sobre a ocupação deste cargo e propôs-se para o ocupar, mesmo que depois tivesse de se demitir, de modo a assegurar que o lugar não ficaria vago. Contudo, como já era membro do Comité Executivo, foi esclarecido que segundo o Artigo seis (6) dos

Estatutos do CC RUP: “os membros não podem ser titulares de dois cargos, em simultâneo, nos Órgãos Sociais do CC RUP”, aceitando o esclarecimento.

A organização O.P. ANACEF propôs-se para o cargo de vice-presidente do Conselho Fiscal.

O Sr. Gualberto Rita, propôs que fosse uma associação portuguesa a ocupar este o cargo, uma vez que não havia organizações francesas disponíveis para ocupar o cargo e, caso fosse uma organização espanhola, Portugal não ficaria representado de forma equilibrada. Assim, propôs a Associação de Pescadores Florentinos para o cargo de vice-presidente do Conselho Fiscal do CC RUP.

As propostas apresentadas foram debatidas, tendo sido nomeados por consenso os membros do Conselho Fiscal, ficando a

a AMPA com o cargo de presidente do Conselho Fiscal e a Associação de Pescadores Florentinos e a Canarias Tuna Export com os cargos de vice-presidentes, Esta proposta foi confirmada através de sondagem na plataforma *Webex*.

3. Nomeação/Eleição da Mesa da Assembleia Geral

Surgiram algumas dúvidas relativamente às funções do presidente da Mesa da Assembleia Geral, as quais foram respondidas, com base na legislação em vigor, tanto pela Secretária Geral, como pelo Dr. José Menezes (jurista de profissão).

A *Cofradía de Pescadores de Corralejo* propôs-se para o cargo de vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Como ficara acordado que seria uma organização francesa a ocupar a presidência, o *Syndicat producteurs aquacoles de la Guadeloupe* (SYPAGUA) candidatou-se ao cargo de presidente da Mesa da Assembleia Geral. Estas propostas foram aceites e aprovadas por consenso e confirmadas através de sondagem na plataforma *Webex*.

4. Plano de trabalho para o ano 2020/21

Considerando o adiantar da hora, a Secretária Geral pediu a palavra e sugeriu que o plano de trabalho 2020/2021 fosse discutido nas próximas reuniões dos Grupos de Trabalho, nos dias vinte e quatro (24) e vinte e cinco (25) de novembro de dois mil e vinte (2020), visto que seriam efetivamente os grupos de trabalho, os responsáveis por delinear as propostas. Propôs ainda o envio das propostas para a Secretária Geral, para que as remete-se a aprovação por consulta escrita, para o Comité Executivo e para a Assembleia Geral. A proposta foi aceite por consenso.

5. Novos membros

A Secretária Geral, pediu a palavra e informou que entre o dia 4 de setembro de 2020 (data da aprovação do Regulamento Interno do CC RUP) e o dia 8 de setembro de 2020 (véspera da primeira assembleia geral), foram recebidos onze (11) pedidos para novos membros. Esses pedidos correspondiam a organizações que, desde o início do CC RUP, demonstraram o seu interesse, mas considerando que tinha sido acordado que o CC RUP iria iniciar com catorze (14) membros de cada um dos estados membros interessados e 3 membros internacionais, por uma questão de equilíbrio, só agora estas organizações puderam formalizar o seu interesse.

Considerando que com base no Regulamento Interno, o primeiro passo para a aceitação de novos membros, é a aprovação por parte da Assembleia Geral, caso este Órgão aceitasse, os pedidos seriam então encaminhados para aprovação da Comissão Europeia e dos Estados-Membros a que pertencem as organizações. Só depois de serem aprovados por todas as partes e após o pagamento das quotas, seriam considerados membros efetivos.

A Sra. Coordenadora dos Conselhos Consultivos esclareceu que a Comissão Europeia não intervinha no processo de aprovação dos novos membros de cada Conselho Consultivo e que apenas os Estados-Membros é que verificavam a existência, ou não, de cada membro candidato e se fazia sentido, ou não, a sua presença no Conselho Consultivo.

A Secretária Geral esclareceu que teria feito confusão com o processo de aprovação dos atuais membros, pois o processo deles tinha seguido para aprovação da Comissão Europeia. Seguidamente, procedeu à apresentação das onze (11) organizações candidatas a novos membros, divulgando os seus nomes e região. Relativamente ao candidato representante do sector das pescas espanhol, este estaria conforme o regulamento interno pois tinha interesse na pesca das Regiões Ultraperiféricas. Os candidatos apresentados foram os seguintes:

1. Cooperativa de Economia Solidária dos Pescadores da Ribeira Quente, da Ilha de São Miguel, Açores;.....-
2. Associação de Pesca de Rabo de Peixe, Ilha de São Miguel, Açores; -----

3. *Federación Provincial de Cofradías de Pescadores de Santa Cruz de Tenerife* - Ilha de Tenerife, Canárias-----
4. Associação de Pescadores da Ilha do Corvo - Ilha do Corvo, Açores; ----
5. *Federación Nacional de Cofradías de Pescadores*, Madrid, Espanha. ---
6. Associação de Pescadores da Lagoa- Bom Porto, Ilha de São Miguel, Açores.

7. Associação Sete Mares dos Açores, Ilha de São Miguel, Açores; -----

8. Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores, Ilha de São Miguel, Açores;
9. Associação de Pescadores Graciosenses, Ilha da Graciosa, Açores; -----

10. Associação Terceirense de Armadores, Ilha Terceira, Açores
11. TEIDETUNA, Ilha de Tenerife, Canárias. -----

Colocou-se à consideração dos membros a sua aceitação e a continuidade do processo para a aprovação pelos Estados-Membros.

O Sr. Ricardo Peñate (*Canárias Tuna Export*) questionou sobre se a aprovação dos novos membros seria feita através da avaliação de “caso a caso” ou de forma mais generalista. Foi informado que a aprovação era “caso a caso” e que primeiramente era da

responsabilidade da Assembleia Geral e só depois as propostas seriam avaliadas pelos Estados Membros interessados.

Entretanto, foram colocadas questões no chat e uma delas foi redigida pelo sr. Juan Fragueiro, (*O.P ANACEF*), que propôs avaliar se estas organizações fariam ou não parte de outras organizações de âmbito superior e que se deveria avaliar cada pedido de forma individual.

Propôs-se enviar as propostas de novos membros por mail, para consulta escrita. Foi, no entanto, ressalvado que se a aprovação ocorresse na presente reunião o processo seria mais célere e que estes membros seriam aprovados antes do envio do orçamento, podendo constar no mesmo. No entanto, os membros preferiram a aprovação por escrito, pois consideraram que seria mais fácil a avaliação. Posto isto, determinou-se por consenso, o prazo de uma semana para poderem proceder à aprovação dos novos membros.

O Sr. François Herman (*SYPAGUA*), demonstrou o seu agrado com a existência de pedidos de novos membros, considerando ser um bom sinal e afirmou que gostaria que o referido email contivesse uma breve explicação sobre a representatividade de cada organização.

O Sr. José Aquilino (*Optuna 42*), questionou se novos membros com sede no continente, embora com uma filial nas Canárias, poderiam ou não, fazer parte do CCRUP, ao que foi esclarecido que desde que as organizações tenham interesse na pesca das Regiões Ultraperiféricas e que as possam defender, legalmente não havia nada contra. Foi ainda referido o exemplo do CNPMEM - que é uma organização de âmbito nacional sediada em Paris -, o exemplo da Sciaena e, ainda mencionadas outras organizações internacionais, como a *Seas at Risk* e *Internacional Pole & Line Foundation* (INPLF), como atuais membros do CCRUP.

6. Regras de Reembolso

Foi proposto que este ponto da agenda fosse discutido na reunião do Comité Executivo e, posteriormente, consultada a Assembleia Geral para aprovação, na forma escrita. A proposta foi aceite por unanimidade.

7. Quotas

A Secretária Geral pediu a palavra e lembrou a importância deste assunto, dado ser essencial para a realização do orçamento anual. Isto porque, era necessário determinar as quotas para elaborar as declarações de compromisso o ano 2020/21, permitindo submeter uma proposta de orçamento à consideração da Comissão Europeia. Para isso, era necessário estabelecer os valores das quotas da Assembleia Geral, Grupos de Trabalho e Comité Executivo.

O Sr. Gualberto Rita propôs que tivéssemos em conta os valores praticados por outros Conselhos Consultivos, ou seja, uma quota de duzentos e cinquenta (250) euros para a Assembleia Geral, uma quota de cem (100) euros para os Grupos de Trabalho e uma quota de duzentos e cinquenta (250) euros para o Comité Executivo. Acrescentou que o CC RUP teria mais despesas em termos de reuniões presenciais, dadas as especificidades das Regiões Ultraperiféricas e que deveriam ter isso em consideração.

O Sr. Juan Fragueiro, propôs uma quota de trezentos (300) euros para a Assembleia Geral e cento e cinquenta (150) euros para os Grupos de Trabalho.

A Sra. Caroline Ton questionou a necessidade de aumentar os valores das quotas em relação ao ano anterior e criar uma quota para o Comité Executivo, visto que havia associações nas regiões ultraperiféricas francesas que tinham dificuldades para pagar as suas quotas,.

O Sr. François Herman concordou com a Sra. Caroline Ton, pois na sua opinião algumas organizações de pesca teriam melhores capacidades financeiras, do que algumas organizações ambientais, por exemplo. Sugeriu que as quotas propostas não fossem muito elevadas e salientou a necessidade de verificar se o orçamento justificava esse mesmo

aumento e que até se poderia considerar diferentes quotas para diferentes tipos de organizações.

Informou-se que o CC RUP tinha menos membros efetivos do que os inicialmente interessados. Ou seja, o orçamento do ano 2019/20, apenas com o valor das quotas, não foi suficiente para atingir o mínimo de financiamento próprio para garantir o apoio suficiente da Comissão Europeia e que tinha sido necessário recorrer ao apoio financeiro dos Estados-Membros para atingir esse mínimo. Inclusive, o ano 2019/20 do CC RUP não poderia ser considerado um ano de gastos reais, devido à ausência de deslocações e há falta de preenchimento de um posto de trabalho. Assim, com a não efetivação de alguns membros e a incerteza se estes seriam ou não elegíveis para o orçamento 2020/21, dificilmente alcançar-se-ia o valor mínimo necessário de fundos próprios.

A Sra. Caroline Ton esclareceu que a sua intervenção tinha sido por causa da quota do Comité Executivo, uma vez que esta não existia o ano passado (2019/20) e aproveitou para reforçar que o aumento deveria ser bem justificado, tendo em conta as necessidades, uma vez que algumas organizações não tinham efetivado a membresia do CC RUP por não conseguirem suportar as despesas.

Para tentar atingir o consenso, a Secretária Geral pediu a palavra e colocou à consideração o aumento de cinquenta (50) euros nas quotas da Assembleia Geral ou nos Grupos de Trabalho. Seguidamente, a Sra. Caroline Ton propôs que o aumento fosse o mínimo, mas que caso o mesmo fosse realmente justificável e vital para o funcionamento do CC RUP, não iria opor-se.

O Sr. António Silveira (Associação de Pescadores da Ilha de São Jorge), concordou com a Sra. Caroline Ton e com a proposta do Sr. Gualberto Rita, porque, na sua opinião, o aumento não deveria ser esporádico, pois poderia levar a que algumas associações abandonassem o CC RUP e não era o pretendido.

O Sr. Ricardo Peñate, disse que achava importante a participação da maior parte de organizações possíveis no CC RUP e que nenhuma das organizações devia ficar fora por questões financeiras. Sugeriu que se identificassem os casos onde seria necessário o

aumento da quota e se era um aumento justificável. Adiantou que se algumas organizações pudessem assumir esse aumento, que as mesmas o deveriam fazer.

O Sr. Gualberto Rita concordou com o sr. Ricardo Peñate, pois considera importante a adesão do máximo possível de organizações. Disse que as quotas não eram algo que ficasse definitivamente estabelecido, até porque ainda estávamos sem saber o que iria acontecer no ano 2021 que provavelmente poderíamos aceitar a proposta da sra. Caroline Ton. O Sr Gualberto Rita apresentou uma nova proposta de duzentos e cinquenta (250) ou trezentos (300) euros para a Assembleia Geral e cento e cinquenta (150) euros para os Grupos de Trabalho, considerando que não deveriam aplicar valores muito elevados.

A Secretária Geral pediu a palavra e informou que o facto de não haver quota do Comité Executivo poderia ser algo favorável, especialmente para os representantes do Outros Grupos de Interesse, pois, regra geral, têm poucos recursos, segundo informações de outros Conselhos Consultivos.

O Sr. Ricardo Peñate disse que o importante era nenhuma organização ficar excluída por causa do valor das quotas. Voltou a referir que na sua opinião o aumento deveria ser justificado, e que algumas associações com mais recursos, talvez tivessem de contribuir mais.

Comentou-se as dificuldades financeiras das organizações no geral e informou-se que, caso os valores das quotas fossem muito baixos, seria difícil garantir os valores dos reembolsos propostos no orçamento e os 10% dos fundos próprios necessários, para que a Comissão Europeia contribuisse com os restantes 90%. E ainda, se as quotas fossem muito baixas, havia o risco de as reuniões serem exclusivamente por via online/remota, não havendo mais do que uma reunião anual presencial.

O Sr. François Herman questionou se, nas despesas inerentes às viagens, as organizações teriam de adiantar com as despesas e se só depois haveria um reembolso e, perguntou se os 90% de comparticipação seriam realmente o máximo possível, ao que foi esclarecido que as organizações têm de assegurar as despesas e só depois são elegíveis para reembolso e que o máximo de reembolso por viagem eram mil (1 000) euros, pelo

que se gastassem menos seriam reembolsados nesse valor, mas se gastassem mais de mil (1 000) euros, apenas seriam reembolsados com os mil euros, por exemplo.

O Sr. François Herman disse que, na sua opinião, a quota não deveria ser uma condicionante, pois algumas associações poderiam deslocar-se mais e agir mais pelo CC RUP, mas que a quota base não deveria ser impeditiva. Referiu que a SYPAGUA tem outras contribuições e um orçamento limitado para este tipo de organismos.

O Sr. José Meneses alertou para o facto de as quotas poderem sofrer alterações. Concordou com o facto de as quotas serem um valor acessível, pois não se deveria deixar de parte certas organizações e, que mais tarde, em caso de necessidade, a Assembleia Geral poderia pedir um novo contributo ou uma nova proposta de contribuição. Pelo que, concordava com a proposta apresentada pelo sr. Gualberto Rita e que deveríamos seguir o caminho que permitisse ter o máximo de organizações no CC RUP.

Por consenso, os membros decidiram que a quota das Assembleia Geral fosse de duzentos e cinquenta (250) euros.

Passou-se depois à discussão das quotas dos Grupos de Trabalho e foi colocada à Assembleia Geral a aprovação da proposta de cento e cinquenta (150) euros por cada grupo de trabalho. Esta proposta foi aprovada por consenso.

Considerando o adiamento da reunião do Comité Executivo, prevista para esta data, os membros do Comité Executivo foram informados que iriam receber um *mail* com a proposta de novas datas para a reunião e que teriam de decidir entre o dia dezassete (17) e vinte e um (21) de setembro. no entanto, tudo indicava que a reunião seria no dia vinte e um (21), pois alguns membros já teriam informado a não disponibilidade para o dia dezassete (17).

A reunião foi dada por encerrada e os participantes despediram-se de forma amigável.

Próxima reunião e pontos de agenda

A próxima reunião da Assembleia Geral será agendada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral no decorrer do ano 2020/21, cuja data e hora serão informadas por escrito.

N/D

Anexo I – Lista de participantes

Membro	Representante	Assinatura
Associação Marítima de Pesca e Aquicultura da Ilha Terceira	Sara Silveira	
Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores	Pedro Capela	
Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores	Jorge Gonçalves	
Associação Regional de Pesca Lúdica dos Açores	José Menezes	
Associação de Pescadores da Ilha de São Jorge	António Silveira	
Associação de Pescadores Florentinos	José Azevedo	
Associação de Armadores da Pesca Atum e outras Espécies	Lisandra Sousa	
Cooperativa de Pescas Açoriana	Ana Silva	
Coopescamadeira	Jacinto da Silva	
Federação de Pesca dos Açores	Gualberto Rita	

Ilhas em Rede - Associação de mulheres nas Pescas dos Açores	Cátia Botelho	
Mútua dos Pescadores, C.R.L	João Delgado	
Sciaena	Nicolas Blanc	
Seas at Risk	Nicolas Blanc (Sciaena)	
Chambre de l'Agriculture de la Pêche et de l'Aquaculture cde Mayotte	Charif Abdallah	
Comité National des Pêches Maritimes et des Élevages Marins	Caroline Ton	
Comité Régional des Pêches Maritimes et des Elevages Marins de Guyane	George Karam	
Syndicat Producteurs aquacoles de la Guadeloupe	François Herman	
Asociación Tinerfeña Amigos de la Naturaleza	Mercedes Rodriguez	
Canarias Tuna Export	Ricardo Peñate	

Ten-Átun, SL	Ricardo Peñate (Canarias Tuna Export)	
Cofradía de Pescadores de Corralejo	Juan Perrez	
Federación Ben-Magec	Claudia Zarrate	
Federación Provincial Cofradía de Pescadores de las Palmas	Juan Verdú	
Federación Regional de Cofradía de Pescadores de Canarias	David Pavón Gonzalez	
International Pole & Line Foundation	Yaiza Londoño	
Islatuna	Immaculada Afonso	
Optuna 42	José Aquilino	
O.P ANACEF	Juan Fragueiro	

Entidade	Observador
Governo Regional das Canárias	Álvaro de la Bárcena
Governo Regional das Canárias	Carmelo Morales

Entidade	Convidado
DG MARE	Pascale Colson
DG MARE	Camille Gallouze

Nota: As assinaturas serão presenciais, ou digitais certificadas, conforme possível.